

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Carga Pesada

A sociedade brasileira está sendo submetida a um duro aprendizado para se desintoxicar da cultura inflacionária. Trata-se de um verdadeiro *spa* para perda das gorduras acumuladas pelo repasse automático da ineficiência empresarial e dos custos que nunca eram medidos. É preciso examinar os custos da administração, das matérias-primas e dos salários, e o exemplo deve vir do governo e das empresas estatais.

Entre as empresas estatais, destaca-se a Petrobrás como carro-chefe dos novos tempos: cabe-lhe dar o exemplo por ser a maior empresa brasileira e pela posição estratégica como fornecedora de insumos para as mais importantes atividades econômicas, além do papel de sinalizador da inflação desempenhado no reajuste dos derivados de petróleo.

Antes de 15 de março, quando a indexação já era diária, no reajuste dos preços pela inflação passada havia algum sentido nos pleitos de aumentos de preços pela inflação oficial: ninguém queria perder a sua fatia na renda nacional. Essa preocupação levou a uma corrida desesperada entre os preços de diversos setores (dos fornecedores de insumos e matérias-primas com os consumidores industriais e comerciais), e entre preços e salários. O resultado dessa corrida alucinada ainda está na memória de todos, pois na fita de chegada estava escrito: hiperinflação.

Esses competidores estavam dopados pelo anabolizante da inflação. É certo que não se pode esperar a rápida adaptação aos novos tempos, mas o canadense Ben Johnson demorou mais de dois anos para voltar às pistas e readquirir condições de competir sem usar droga. A economia brasileira já teve tempo suficiente para se conscientizar de que não há retorno aos tempos da cultura da inflação.

As estatais já poderiam ter dado exemplo. Mas a junção dos interesses corporativos dos funcionários dessas empresas com a acomodação das chefias, acostumadas à inércia da estabilidade, produz desinteresse pelo ajuste aos novos tempos. Há explicações para a demora na adoção do figurino de austeridade que o setor privado há muito foi obrigado a vestir.

Uma explicação seria a própria distorção das empresas estatais. Como são empresas públicas, sem a fiscalização direta dos acionistas, os salários são reajustados ao par ou acima da inflação, independente de produtividade, lucros ou prejuízos. Esse problema nunca chegou a interessar às chefias e aos funcionários: era certa a cobertura dos déficits, viessem eles da atividade operacional, incluindo os salários, ou das despesas financeiras.

A austeridade é indispensável ao sucesso do com-

bate à inflação, e o próprio governo deu exemplo nos últimos meses de que segue a receita, privando-se do cafezinho até que o Congresso votasse a revisão orçamentária. Havia excesso de receita, em função do aumento da arrecadação provocado pela inflação maior que a prevista no orçamento.

A existência de um orçamento fiscal único, aprovado pelo Congresso, e a rígida disposição do atual governo de segui-lo rigorosamente, deixando de suprir recursos às estatais que não estejam em condições de se manter por suas próprias pernas, começou a trazer problemas para algumas estatais. Seria natural que as reivindicações de reajuste de preços dos produtos e tarifas dos serviços produzidos pelas empresas estatais fossem atendidas pelo governo, se as planilhas mostrassem com exatidão e suficiente transparência os reais fatores de custo.

Antes de pedir reajustes para o aço, a energia elétrica ou para os derivados de petróleo, como é o caso da Petrobrás, as estatais deveriam fazer uma severa revisão interna dos custos que podem ser cortados ou absorvidos sem que a conta da ineficiência recaia sobre o consumidor e o próprio índice de inflação.

Não faz sentido embutir os altos reajustes salariais, como os 98% automaticamente concedidos há dois meses pela direção da estatal, ou os aumentos do petróleo importado no bolo geral dos pleitos de reajuste dos derivados de petróleo. É preciso que a Petrobrás apresente planilhas separadas das despesas de salários, do custo do petróleo produzido no país e do importado, e o custo industrial de suas refinarias.

Seria cômodo para qualquer empresa invocar custos de uma só matéria-prima para justificar reajuste da mesma ordem para os seus produtos, mesmo quando os custos dos demais componentes da produção tiveram variação inferior. Essa era a tática das multinacionais, atuando em oligopólio, para pleitear reajustes junto ao finado CIP. Era a conhecida "teoria do taxímetro", que pretende o reajuste da bandeirada pelo índice de aumento da gasolina ou do álcool.

Os funcionários das estatais podiam pensar mais nos interesses nacionais, deixando de fazer pressões emocionais sobre congressistas que querem posar de defensores do nacionalismo e das empresas estatais. Trata-se de um grande equívoco, que acabará punindo toda a nação com a volta da inflação em benefício da manutenção da ineficiência e da baixa produtividade nas estatais.